



Eleições SindVigilantes-PI acontecem dias 12 e 13 de maio

**Eleição no
SindVigilantes-PI
12 e 13 de maio de 2017**

Por conta de uma decisão judicial as eleições do SindVigilantes-PI ocorrem dias 12 e 13 de maio de 2017 para renovação da Diretoria executiva e Conselho Fiscal.

Após ajuizamento da eleição por parte da chapa 2, a atual diretoria lamenta a falta de compromisso e ética para com os trabalhadores da categoria e o patrimônio da entidade. Uma vez que o cancelamento da eleição implicou em prejuízo para o Sindicato, que tem que arcar com todas as despesas de impressos e pessoal para realizar novo pleito.

A CHAPA 1 - Unidos Seremos Mais Fortes, conta com o apoio da CUT-PI, CNTV e seus sindicatos filiados. hoje aqui no Piauí estão presentes representantes de vários sindicatos de vigilância no país, além de outros sindicatos Cutistas acompanhando o processo eleitoral.

A votação acontece hoje (12) e amanhã (13) na capital, e no interior do estado acontece somente no sábado (13). Confira os locais de votação:

TERESINA – Urna Fixa na sede do Sindicato
DIA 12/05/17 (Sexta-feira) - De 08h00 às 20h00

DIA 13/05/17 (Sábado) - De 08h00 às 17h00

Nas Regionais a coleta de voto será dia 13/05/17 (sábado) nos locais de trabalho.

PIRIPIRI - De 09h00 às 12h00

CAMPO MAIOR – De 14h30 às 17h00

OEIRAS - De 09h00 às 12h00

CAMPO MAIOR – De 14h30 às 17h00

PARNAÍBA – De 08h00 às 13h00

FLORIANO – De 08h00 às 12h00

PICOS – De 08h00 às 12h00

OEIRAS – De 08h00 às 12h00

IMPORTANTE! - Vale lembrar que os associados que moram em municípios adjacentes ou próximos às regionais, poderão votar nas cidades acima. Basta apresentar a carteirinha de sócio do Sindicato ou um documento oficial com foto.

Fonte: Sindvigilantes/PI

Para autoridades, sindicalistas e especialistas, reforma trabalhista não gerará mais empregos e trará precarização



Uma Comissão Geral na Câmara Legislativa reuniu autoridades, sindicalistas e especialistas para debater a reforma trabalhista do Governo Temer. Na plenária, houve consenso que o projeto do governo federal não trará mais empregos, ao contrário, vai precarizar as relações de trabalho entre patrões e empregados. Os debatedores também alertaram para a necessidade de mobilização da classe trabalhadora para tentar barrar a aprovação da matéria em análise pelo Senado.

Autor da iniciativa do debate, o deputado distrital e diretor da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) Chico Vigilante avalia que a retirada da presidenta Dilma Rousseff teve como objetivo a destruição das convenções trabalhistas. O distrital também avalia que os trabalhadores ainda não perceberam a gravidade da situação. “A reforma não trará emprego. Ao contrário, vai é precarizar as relações de trabalho. O ataque é tão forte que parece que os trabalhadores estão anestesiados”, disse.

Para o Desembargador Regional do Trabalho, Mário Caron, o projeto do governo federal não se

trata de reforma. “Isso não é reforma. Reforma é feita para melhorar. O que estão propondo não é uma reforma, é uma demolição. É um assalto às conquistas e destrói o que entendemos como Direito do Trabalho”, afirmou.

O procurador do Ministério Público do Trabalho, Valdir Pereira da Silva, demonstrou preocupação com a destruição de direitos previstos na Constituição Federal no contexto das medidas do projeto de reforma. Para ele, cerca de 90% da reforma é inconstitucional. “A preocupação é a desconstrução de uma conquista histórica dos direitos do trabalho. Esse arcabouço histórico e técnico da CLT está em perigo”, afirmou.

Na opinião do procurador, assim como do desembargador Mário Caron, não está em tramitação uma reforma com a modernização das relações de trabalho no Brasil. “Eu tenho receio em dizer em reforma trabalhista. Eu digo desmonte trabalhista. Em abordagem técnica e constitucional os argumentos para a reforma de modernização e de geração de empregos não valem”, argumentou.

Para a procuradora do Trabalho e vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Ana Cláudia Rodrigues Bandeira Monteiro, a reforma trabalhista vai atingir principalmente as gerações futuras. A procuradora concorda que esse projeto não trará novos empregos para a classe trabalhadora. “Há uma ‘culpabilização’ do trabalhador para a retirada de direitos trabalhistas”, avaliou.

Ricardo Berzoini, ex-ministro do Trabalho do presidente Lula, fez uma avaliação política da

situação. Para ele, a relação entre as reformas trabalhista e previdenciária é desconstruir o acúmulo político obtido nos treze anos dos governos do PT. O ex-ministro lembra que, em 2014, a taxa de desemprego no país era de 4,6% com essa mesma CLT que hoje querem rasgar. “Querem rasgar a CLT. Lula gerou mais de 20 milhões de empregos com a CLT”.

Para o diretor da Federação dos Bancários, Jacy Afonso, a ideia de promover uma reforma trabalhista, com viés de retirada de direitos, já era pensada desde o início do Governo FHC, em 1994. Para o sindicalista, a reforma apenas não foi adiante por causa da vitória de Luiz Inácio Lula da Silva. “A eleição de Lula interrompeu o projeto da reforma em 2003”, avalia. Para ele, agora, o governo Temer deseja retomar a ideia de 94.

Na opinião do presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações, Brígido Roland Ramos, a reforma vai trazer desemprego, precarização nas relações de trabalho e o fim da Justiça do Trabalho. Ele também concorda que não é uma reforma que está sendo conduzida pelo governo. “Estamos vivendo a deformação, o contrário da reforma. É a demolição das leis trabalhistas”, avalia.

Roland Ramos adverte que, mesmo que a reforma atente contra a Constituição Federal, não dá para confiar que o Supremo Tribunal Federal (STF) vá julgá-la inconstitucional. “Não dá para confiar no Supremo de hoje”, afirma.

Para a deputada federal e presidenta do PT-DF, Erika Kokay, as reformas são a linha de atuação do governo Temer. “São três linhas de ação deste governo ilegítimo e sem voto. A entrega do patrimônio brasileiro a retirada de direitos trabalhistas e a defesa dos seus próprios integrantes contra as investigações por corrupção”, avalia a deputada.

A deputada avalia que a reforma aprovada pela Câmara dos Deputados, na semana passada, ficou muito pior com as emendas apresentadas pelo relator. “A reforma com as emendas saiu muito pior do que o governo enviou. A agenda da CNI foi totalmente inserida dentro da reforma”, denuncia. Essa mesma denúncia foi feita pelo deputado Chico Vigilante.

Necessidade de reação da classe trabalhadora

Os debatedores alertaram para a necessidade de virar o jogo com manifestações e campanhas com a classe trabalhadora. Todos conclamaram para a mobilização antes que seja tarde.

O desembargador Mário Caron defende que os trabalhadores se mobilizem para, no mínimo, reduzir o retrocesso. Retrocesso, esse, que ele garante que será sentido pelas gerações futuras. “O movimento do dia 28 de abril parou esse País. Os trabalhadores pararam esse país e podem muito mais”, atestou.

Valdir Pereira da Silva também vai na mesma linha de pensamento. Para ele, são necessários movimentos de conscientização e mobilização para evitar a aprovação do texto.

Ana Cláudia Monteiro adverte que, caso não haja mobilização popular, a reforma será aprovada no Senado. “É preciso reagir nesse momento. Conversando com os senadores, organizando manifestações. Mais do que nunca, é preciso se fortalecer como sociedade”, defendeu.

Berzoini argumenta que é preciso cobrar de cada parlamentar uma posição favorável aos trabalhadores. Ele, que foi parlamentar por 16 anos, sugere que a aproximação seja feita diretamente nas bases, aonde os deputados e senadores ganham os votos. “Não adianta visitar gabinete. A luta se dá no estado do parlamentar aonde se concentra a sua base eleitoral”, disse.

Para Brígido Roland Ramos, grande parte da classe trabalhadora ainda não compreende o momento delicado contra os direitos trabalhistas. “É preciso reagir, lutar e mobilizar. O povo está na inércia e não está compreendendo o que está acontecendo”, avalia.

A Comissão Geral foi transmitida ao vivo pelo Facebook e a gravação está disponível em ([Facebook.com/ChicoVigilanteOficial](https://www.facebook.com/ChicoVigilanteOficial)).

Fonte: **Ascom Chico Vigilante**

Convites para a Festa do Vigilante, realizada pelo Sindivigilantes do Sul, já podem ser retirados



Evento será na Casa do Gaúcho, dia 18 de junho

Está confirmada para 18 de junho a tradicional Festa do Vigilante, promovida pelo sindicato, em comemoração ao Dia do Vigilante (20 de junho). Os convites já podem ser retirados pelos associados na sede do Sindivigilantes, na capital ou nas subsedes do interior, mediante a doação de três quilos de alimentos não perecíveis (menos sal) que depois serão repassados a instituições de caridade. Atenção para os pacotes de macarrão, que têm apenas 500 gramas (são necessários seis, portanto).

Têm direito ao ingresso os associados e seus dependentes cadastrados na entidade. Se houver alteração de cadastro dos dependentes, apresentar a documentação conforme

solicitação da recepção do sindicato. Em caso de dúvida, ligar para (51) 3224-4545 ou 3225-5070.

O evento será realizado no mesmo local dos anos anteriores, na Casa do Gaúcho, no Parque da Harmonia, desta vez com animação do baile pelo conjunto Tchê Barbaridade e a escola de samba Bambas da Orgia. Também haverá sorteio de muitos brindes, playground para as crianças, feira de produtos e serviços, uma ambulância para atendimento médico, além da presença de autoridades e convidados especiais. Corra para garantir o seu porque a procura costuma ser muito grande.

Fonte: Sindivigilantes do Sul



Dia das Mães

no SindVigilantes-PI

Venha comemorar o Dia daquela que é o princípio de tudo, no Espaço de Lazer do SindVigilantes-PI.

Dia: 13/maio/2017

08h30 - Torneio de Futebol

11h00 - Música ao vivo e muita animação com a Banda Vendaval.



Um ano após a saída de Dilma, o saldo é de retrocessos, avaliam especialistas

Em 12 de maio de 2016, a presidenta Dilma era afastada pelo Congresso Nacional em um processo liderado por Eduardo Cunha



Benedito Barbosa, da União dos Movimentos de Moradia, diz que Temer (acima) é “Robin Hood às avessas” / Lula Marques/AGPT

Nesta sexta-feira (12), o afastamento de Dilma Rousseff (PT) da Presidência da República completa um ano. O então vice-presidente, Michel Temer, assumia como interino até agosto de 2016, quando foi efetivado no cargo. Neste curto período, a política nacional foi profundamente reconfigurada, afetando a continuidade de políticas públicas dos governos anteriores, avaliam integrantes de entidades entrevistados pelo Brasil de Fato.

“O estrago que estão fazendo é para décadas, para gerações. A gente vinha em um processo de construção de um Estado mais público, com políticas com o olhar dos sujeitos, mais democrático”, afirma José Antônio Moroni, integrante do colegiado de gestão do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Iesc).

Benedito Barbosa, integrante da União dos

Movimentos de Moradia, diz que a gestão de Michel Temer (PMDB) tem uma agenda de ataques aos direitos humanos e sociais.

“A gente não tem ainda toda a dimensão do que está acontecendo. Estamos vivendo a barbárie e não sabemos para onde o Brasil caminha”, lamentou.

Contexto

O cenário e o ritmo de mudanças prometido por Michel Temer (PMDB) não se concretizaram. O desemprego, por exemplo, aumentou: em março de 2017, atingiu o patamar de 13,7%. Apenas há três anos, o país atingiu o menor patamar histórico no quesito: 4,3% em dezembro de 2014.

Ao mesmo passo, a indústria também não dá sinais de recuperação. O setor pareceu ter dado sinais de fôlego em janeiro de 2017 ao apresentar

uma alta de 1,4%, quando comparada ao mesmo período de 2016, quebrando uma série ininterrupta de 34 meses. Em fevereiro voltou a cair (-0,8%), para em março subir novamente (1,1%).

Ao comparar os números com os de outras séries históricas, não é possível identificar uma tendência de crescimento da indústria.

Em termos de rendimento real, o primeiro trimestre de 2017 apresentou queda de 6,7% em comparação com o ano passado. Em março deste ano, o acumulado dos últimos 12 meses ainda indicava retração de 3,8%. Diante do contexto, a maior parte dos analistas de mercado entende ser precipitado anunciar uma retomada.

Este cenário é agravado pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 55, que congela investimentos em áreas sociais por 20 anos, políticas sociais que marcaram os governos petistas já vem sofrendo.

Na área educacional, o programa Ciência Sem Fronteiras foi extinto. Nas universidades federais, contingenciamentos de gastos interromperam atividades e geraram atrasos em bolsas. Em outro exemplo, a política de austeridade, que se estendeu a estados e municípios, coloca a Universidade do Estado de Rio de Janeiro sob o risco de fechar as portas.

Moroni diz que, do ponto de vista institucional, o país regrediu ao início do século passado: “Extingue o Ministério da Previdência e joga para o Ministério da Fazenda, isso era até 1927. Quando assume com aquela configuração de ministérios de homens brancos, proprietários, ricos. Quando extingue o Ministério do Desenvolvimento Agrário, dos Direitos Humanos, Igualdade Racial. Isso é um retrocesso enorme”, critica. “Ele está colocando que esses sujeitos e sua agenda não tem espaço no debate público”.

Barbosa menciona o caso do programa Minha Casa, Minha Vida que não teve novos anúncios nos últimos 12 meses.

“Os recursos do programa Minha Casa, Minha Vida ficaram praticamente congelados durante

esse período. Tudo que foi contratado na época da Dilma está sendo viabilizado agora”.

Em fevereiro, Temer anunciou novas contratações para maio de 2017. Segundo Barbosa, a declaração contrasta com os governos petistas, já que cada anúncio do programa girava em torno de dois milhões de casas. O do peemedebista apontou a contratação para apenas 600 mil unidades.

“Praticamente todo recurso está sendo destinado para famílias de alta renda. O programa foi transformado em um Banco Imobiliário. A política de subsídio a quem ganha até três salários mínimos foi praticamente retirada. No governo Dilma, a cada dez casas, sete eram para famílias de baixa renda. Agora são duas. É uma inversão drástica”, complementa Benedito, que chama a nova fase do Minha Casa, Minha Vida de “Robin Hood inverso, tira dos pobres e dá aos ricos”.

Moroni avalia que estes 12 meses terão reflexos para as próximas gerações, mas é otimista:

“O estrago que estão fazendo é para décadas, para gerações. A gente vinha em um processo de construção de um Estado mais público, com políticas com o olhar dos sujeitos, mais democrático. É um ano de atraso, de retrocesso, mas de muita luta. A reação está vindo”.

Fonte: Brasil de Fato

A equipe do Alerta Social publicou uma cartilha com os 365 direitos perdidos no primeiro ano de retrocesso. Acesse digitando o seguinte link em seu navegador na internet:

http://alertasocial.com.br/wp-content/uploads/2017/05/UM-GOLPE-POR-DIA_365-DIREITOS-PERDIDOS.pdf

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF